

SINAL-SP INFORMA

São Paulo, 19 de agosto de 2014 - nº 48



NESTA EDIÇÃO

- XXVI AND do Sinal
- Saiu na imprensa
- Rede conveniada

XXVI AND DO SINAL

O Sinal-SP realizará assembleia*, nesta quarta-feira, dia **20/8/14**, às **9h30**, em frente ao prédio do BC, para eleger **12** filiados que farão parte da delegação da regional na Assembleia Nacional Deliberativa – AND, a ser realizada em Manaus (AM), de 3 a 9 de novembro.

A XXVI AND procurará debater, em profundidade, um tema importantíssimo e vital para o Sinal, os “Rumos do Sindicato”, a ser desenvolvido em três grupos de discussão:

- 1) Para que serve e o que faz o movimento sindical.
- 2) Estrutura de poder do Sinal.
- 3) Política salarial, gestão do trabalho e QVT.

Para mais informações, acesse o boletim Apito Brasil [nº 93](#), de 7/8/14.

Participe da assembleia!

A candidatura a vaga na delegação de São Paulo poderá ser feita com os conselheiros do Sinal-SP; ou na sede do sindicato, pelo telefone (11) 3159-0252; ou na assembleia, até momentos antes da votação.

* Para acessar o edital de convocação, publicado no boletim anterior, clique [aqui](#)

SAIU NA IMPRENSA

Proposta acende debate sobre custo do pagamento em cartão

18/8/14

Tatiana Beltrão (Jornal do Senado)

Um projeto de decreto legislativo do Senado abriu debate nacional sobre os cartões de crédito e débito, formas de pagamento cada vez mais presentes no dia a dia dos brasileiros. Aprovado pelos senadores no início deste mês, o [PDS 31/2013](#) chega à Câmara dos Deputados em meio a polêmica.

A proposta, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), torna sem efeito a Resolução 34/1989, do extinto Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, que proíbe aos comerciantes estabelecer preço diferenciado de venda para pagamentos em cartão de crédito. O objetivo, afirma Requião, é permitir que o comércio possa dar desconto nas compras à vista, pagas em dinheiro ou outros meios, como cheque ou boleto bancário. O senador argumenta que o custo de operação dos cartões — a chamada taxa de desconto, que no crédito fica em torno de 2,5% a 5% do valor da compra e é paga pelo comerciante às credenciadoras, como Cielo e Redecard — é embutido no preço dos produtos e serviços de maneira uniforme, sem diferenciar a forma de pagamento. Assim, todos os consumidores pagam mais, mesmo aqueles que não usam cartão e optam por meios sem despesa para o lojista, como o dinheiro. O desconto, que seria uma forma de corrigir essa distorção, tem o apoio da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e de outras organizações do setor.

A ideia, porém, foi interpretada de outra forma por entidades de defesa do consumidor. Um manifesto assinado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), pela associação de consumidores Proteste e pela Associação Brasileira de Procons, entre outros órgãos, sustenta que a proposta é um retrocesso, pois compra em cartão deve ser considerada como à vista e a diferenciação de preços é abusiva, sob o ponto de vista legal. Afirma também que o texto pode abrir brecha para aumento nos preços, no caso de pagamento no cartão.

O autor do texto discorda:

— É exatamente o contrário, pois eu autorizo a cobrar menos. Mas isso é jogo de interesses, é o jogo dos cartões: eles proíbem que se dê desconto — reage Requião.

Insegurança

A Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, também se posicionou contra o projeto.

— Nossa preocupação é que não há garantia de diminuição de preço e corre-se o risco de haver acréscimo para cartões. Os consumidores não têm segurança de que isso não vai acontecer — explica a titular da secretaria, Juliana Pereira da Silva.

Juliana afirma que, mesmo que seja aprovado, o decreto terá pouco efeito, pois já há um entendimento consolidado dos órgãos de defesa do consumidor (baseado em notas técnicas e no Código de Defesa do Consumidor) de que não pode haver preço diferenciado. Entretanto, a secretária ressalta que a proposta tem papel importante, pois levantou um debate essencial sobre uma questão complexa que precisa ser discutida por todos os envolvidos — a secretária, o Ministério da Fazenda, órgãos de defesa do consumidor, instituições financeiras e entidades representativas do varejo.

— Não somos insensíveis ao clamor do comércio, que tem uma demanda legítima, pois arca com altas taxas para usar esses meios. Temos consciência de que o modelo está difícil de sustentar. Mas o consumidor também paga pelo cartão e não pode ser de novo penalizado. A questão é que, nesta discussão, o principal foco não está sendo levantado: os altos custos dos pagamentos eletrônicos. As instituições financeiras têm que se posicionar em relação a isso — defende a secretária.

Uma primeira discussão acontece amanhã, em São Paulo: o assunto vai ser tratado em reunião da secretaria com os representantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que integra Procons, Ministério Público, Defensoria Pública e entidades civis.

... [mais](#) >

REDE CONVENIADA DE DESCONTOS

Leve sempre consigo a carteirinha do SINAL para desfrutar dos descontos oferecidos pelas empresas conveniadas.

[Depilaser – Clínica de Medicina estética](#) e [Doctor Feet](#) estão entre as quatro opções de convênio, no item BELEZA E ESTÉTICA, disponíveis para você.

Para conferir as demais e a lista completa dos convênios, clique [aqui](#).

- Siga no [Twitter](#) as últimas notícias do SINAL-SP -

SINAL - Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
Av. Paulista, 1754 - 14º andar - cjs. 141/144
São Paulo SP - CEP 01310-920 / tel (11) 3159-0252
sinalsp@sinal.org.br / link para SINAL-SP: clique [AQUI](#)